
TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS: A QUESTÃO DO VÍNCULO COM A TERRA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

TERRITORIAL COVERAGE AND PEASANT TERRITORIALITIES: THE ISSUE OF THE CONNECTION WITH THE LAND IN THE AGRIBUSINESS EXPANSION CONTEXT

TERRITORIALIZACIÓN Y TERRITORIALIDADES CAMPESINAS: LA CUESTIÓN DEL VÍNCULO CON LA TIERRA EN EL CONTEXTO DE EXPANSIÓN DE LOS AGRONEGOCIOS

José Ledy Carvalho Santos¹ <https://orcid.org/0000-0002-2074-4061>
Bernadete Maria Coêlho Freitas² <https://orcid.org/0000-0003-2380-571X>

¹ Graduado em Educação do Campo - Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Especialista em Educação do Campo pela UFPI e Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: jlsnatos1118@outlook.com

² Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos das Comunidades Camponesas (NUPESCC) e do Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia (NAGU), da UFPI. E-mail: berna@ufpi.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a territorialização e territorialidades camponesas no sul do Estado do Piauí. Assim, o objetivo deste estudo é analisar o processo de expansão capitalista no campo, via agronegócio, evidenciando as transformações territoriais e suas implicações aos sujeitos sociais do campo. O estudo teve como espaço de investigação a comunidade Brejo da Conceição, zona rural do município de Currais-PI, demonstrando a relação de vínculo com a terra e caracterizando os aspectos da economia camponesa. A partir das entrevistas e estudos dos referenciais bibliográficos, foi possível compreender como o vínculo com a terra incide sobre a territorialização e territorialidades camponesas no processo de constituição dos territórios, em meio a expansão capitalista no campo. Conclui-se que a relação dos camponeses com a terra por meio do vínculo, aponta para sua ressignificação e permanência no território.

Palavras-chave: Territorialização. Camponeses. Vínculo.

ABSTRACT

This article discusses territorial coverage and peasant territorialities in the south of Piauí state. Thus, this study aims to analyze the process of capitalist expansion in the field, via agribusiness, evidencing the territorial transformations and their implications for the social field subjects. This study had as



research space the community called ‘Brejo da Conceição’, a rural area of Currais Town, localized at the Piauí state, demonstrating the relationship with their land and characterizing the aspects of the peasant economy. From the interviews and the bibliographic references study, it was possible to understand how the link with the land affects territorial coverage and peasant territorialities in the process of the territorial constitution within the capitalist expansion in the field. We concluded that the peasants’ relationship with the land through the bond, points to their resignification and permanence in the territory.

Keywords: Territorial Coverage. Peasants. Link.

RESUMEN

Este artículo discute la cobertura territorial y las territorialidades campesinas en el sur del estado de Piauí. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo analizar el proceso de expansión capitalista en el campo, a través de la agroindustria, evidenciando las transformaciones territoriales y sus implicaciones para los sujetos del campo social. Este estudio tuvo como espacio de investigación la comunidad denominada ‘Brejo da Conceição’, un área rural de la ciudad de Currais, ubicada en el estado de Piauí, demostrando la relación con su tierra y caracterizando los aspectos de la economía campesina. A partir de las entrevistas y del estudio de las referencias bibliográficas, fue posible comprender cómo el vínculo con la tierra afecta la cobertura territorial y las territorialidades campesinas en el proceso de constitución territorial dentro de la expansión capitalista en el campo. Concluimos que la relación de los campesinos con la tierra a través del vínculo, apunta a su resignificación y permanencia en el territorio.

Palabras clave: Territorialización. Campesinos. Enlace.

INTRODUÇÃO

A diversidade social e cultural do campo são traços marcantes e controversos dos estudos sobre o campesinato. Shanin (2005, p. 9) mostra que “[...] os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam [...]”. Assim, são identificadas algumas características predominantes dos camponeses: o trabalho familiar, a diversidade cultural e produtiva, a organicidade política e a resiliência, caracterizando-os como sujeitos sociais atemporais, sustentados por uma variada e complexa relação socioeconômica, frequentemente, subordinados a agentes externos.

A relação entre essas características, historicamente constituídas, revelam a complexidade da trama social na qual o campesinato moldou-se, adaptou-se, resistiu, e ainda resiste, a diversos processos de transformações e submissões (SHANIN, 2005, p. 7). Mudanças que refletem diretamente sobre o espaço e a formação de territórios. De acordo com Woortmann (1990, p.12), esse entendimento impacta, também, as diferentes formas cujas bases revelam a relação do campesinato com a terra, seu uso e finalidade no âmbito das relações de trabalho e

de organização da propriedade como espaço de produção, consubstanciados pelos vínculos familiares.

Nas últimas décadas do século XX, com o processo de expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro, houve transformações territoriais significativas, em virtude do avanço da modernização da agricultura, de forma heterogênea e com forte mercantilização da natureza, centrada na monocultura voltada à exportação, a partir da dominação de amplas extensões de terras e a incorporação de mão de obra especializada, para atender aos interesses do capital, processo intensificado nos dias atuais.

Essa nova configuração da forma de desenvolvimento do campo, vincula-se à emergência do impulso à economia no âmbito da mundialização do capital na agricultura (OLIVEIRA, 2016) e dos parâmetros neoliberais, cujas implicações são observadas a partir da atuação do mercado, assumindo maior controle da economia, ao passo que o Estado reduz as políticas públicas direcionadas aos camponeses, deixando em segundo plano os aspectos sociais e ambientais.

Essa realidade tem provocado tensionamentos que colocam em evidência a necessidade de um projeto para o campo que atenda às necessidades reais do campesinato, a partir das demandas dos diferentes sujeitos sociais que integram essa classe social. Nesse âmbito, o acirramento dos conflitos agrários e a luta pela realização da Reforma Agrária são elementos importantes para compreensão do campesinato enquanto sujeito histórico. Mesmo com o avanço do capitalismo, ou como parte das contradições que lhes são inerentes, o campesinato segue sua trajetória por meio das lutas e de suas formas de reprodução social.

Nesse contexto, as comunidades camponesas do sul do estado do Piauí vêm passando por modificações em sua estrutura socioterritorial, desenvolvendo novas relações em torno da questão agrária. É nesse processo de expansão do capitalismo no campo que a pesquisa buscou analisar os vínculos territoriais do campesinato, utilizando a comunidade Brejo da Conceição como recorte territorial, localizada no espaço agrário do município de Currais-PI. Como problematização, definiu-se o seguinte questionamento: como o vínculo com a terra, na perspectiva da agricultura camponesa, incide sobre a territorialização e territorialidades camponesas no processo de constituição dos territórios, em meio à expansão capitalista no campo?

A partir dessa inquietação, foram definidos os eixos teórico-metodológicos, a saber: território, territorialização e territorialidades; desenvolvimento do capitalismo no campo; e, classe camponesa e vínculos territoriais. Em relação ao primeiro eixo, a pesquisa fundamentou-se nas concepções de Raffestin (1993) sobre o território, abordando as relações de poder e o

caráter conflitivo. A análise de Oliveira (1999) contribuiu para o entendimento do território como espaço concreto da luta de classes travada pela sociedade. Sobre o segundo eixo, Oliveira (1999; 2007) e Martins (1981), subsidiaram o entendimento das transformações do espaço agrário no contexto brasileiro, no âmbito da questão agrária; finalmente, no que se refere ao terceiro eixo, Woortmann (1990), Shanin (2005) e Freitas (2017; 2020) elucidaram acerca do conceito de camponês e sobre o campesinato, destacando algumas implicações sobre o uso desse conceito e categoria de análise. Já a análise de Heidrich (2017) sustenta as questões relacionadas aos vínculos territoriais.

A partir da análise do avanço do capital no campo e dos vínculos territoriais, a pesquisa pretende potencializar a produção de conhecimento científico no âmbito da Geografia Agrária e da Educação do Campo. Espera-se, assim, que este estudo aponte novas inquietações sobre os sujeitos sociais do campo, tema pertinente à área de atuação da Especialização em Educação do Campo da UFPI, curso ao qual esta pesquisa esteve vinculada. Ressalta-se, inclusive, a participação e contribuição de estudantes do referido curso na realização das entrevistas, em virtude de suas vivências no território analisado.

Destarte, este artigo apresenta, além desses aspectos introdutórios, um debate sobre o método e as técnicas da pesquisa, seguido de uma caracterização da constituição do território Brejo da Conceição-PI, destacando a formação territorial e os elementos socioeconômicas e culturais. Por fim, aborda os elementos atuais da realidade agrária do sul do Piauí, no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo, analisando as territorialidades a partir do vínculo dos camponeses com a terra.

O MÉTODO E AS TÉCNICAS DA PESQUISA

No processo de construção da pesquisa é fundamental recorrer ao método filosófico como ponto de partida e de chegada, para sustentação do trabalho científico. Além disso, de forma complementar e interligada, buscar estratégias a partir de técnicas e instrumentos de pesquisa que contribuam para efetivar os objetivos propostos, permitindo ao investigador a coleta de dados e de informações, vislumbrando uma análise mais consistente do fenômeno pesquisado. Segundo Chizzotti (2014, p. 51), essa etapa “[...] pressupõe a organização criteriosa da técnica e a confecção de instrumentos adequados de registro e leitura dos dados colhidos no campo”.

Assim, para análise da investigação foi adotada a epistemologia dialética, cujo método é parte do movimento da própria pesquisa. Lefebvre (1983, p. 241) afirma que o movimento dialético implica em analisar as questões em sua essência, o que significa:

[...] a) dirigir-se à própria coisa. b) apreender o conjunto das conexões internas da coisa, de seus aspectos; c) apreender os aspectos e momentos contraditórios, a coisa como totalidade e unidade dos contrários; d) analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, tendência; e) não esquecer – é preciso repeti-lo sempre – que tudo está ligado a tudo; f) não esquecer de captar as transições; g) não esquecer que o processo de aprofundamento do conhecimento – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda – é o infinito; h) penetrar, portanto, mais fundo que a simples coexistência observada; i) em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar.

Lefebvre (1983) enfatiza que essa perspectiva visa problematizar os fenômenos sociais na sua essência, responsáveis pelas transformações na sociedade, verificar as contradições e aprofundar o conhecimento da realidade investigada, cujo objetivo pressupõe a tentativa de superação do conhecimento anteriormente apreendido. Não obstante, Kosik (1976) explica que é necessário evidenciar o que se mostra e o que se esconde por trás do fenômeno apresentado.

Nesse sentido, de acordo com Mellucci (2001, p. 9), “[...] metodologia não se resume às técnicas, mas está ligada [...] à capacidade de se colocar boas perguntas e à capacidade de manter aberta a possibilidade de se interrogar sobre como conhecer os fenômenos sociais”. Essa abordagem possibilita conhecer e problematizar de maneira mais profunda os diversos contextos sociais e suas implicações.

Como escolha teórico-metodológica optou-se pelo modelo de pesquisa qualitativa. Utilizou-se como estratégia, para a produção dos dados, o procedimento orientado pelas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas e as observações realizadas na pesquisa de campo constituíram-se técnicas imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa e para as reflexões finais. As leituras de fontes bibliográficas tornaram-se a base do estudo, por meio da análise e sistematização de textos nas formas de artigos, livros, revistas impressas e em meio eletrônico.

Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas com os sujeitos sociais da comunidade estudada, através do direcionamento de questões formuladas de maneira aberta e semiestruturada, cuja finalidade principal constitui-se em contemplar as indagações de forma mais precisa possível, com a obtenção de informações que possibilitassem problematizar o tema da investigação. Apesar do contexto pandêmico ter prejudicado parcialmente a etapa das

entrevistas, não inviabilizou o trabalho, visto que já havia um conhecimento anterior acumulado à respeito da área de estudo.

As entrevistas foram realizadas com camponeses (homens e mulheres), levando em consideração a sua diversificação em gênero para, assim, analisar a realidade estudada sobre os diferentes contextos, as relações sociais, econômicas e culturais que marcam e formam a identidade territorial e social da comunidade. A utilização de tais especificidades foi no sentido de identificar as diferentes formas de atuação atribuídas aos sujeitos sociais no manejo da terra, as tomadas de decisões no estabelecimento familiar, a coleta e beneficiamento dos recursos naturais, dentre outros.

Posteriormente, foi realizado o movimento de releitura da questão levantada na pesquisa, analisando as fontes e sempre recorrendo às referências bibliográficas dos autores utilizados. Além disso, foram enfatizadas as questões que conformam a visão empírica da comunidade investigada, em diálogo com esses elementos teóricos mencionados.

A fundamentação teórica foi orientada à luz dos conceitos e debates envolvendo o campesinato e o agronegócio, conforme eixos teórico-metodológicos apresentados anteriormente, abordando as transformações ocorridas nas últimas décadas e suas consequências vinculadas ao espaço agrário e aos sujeitos sociais, tais como a territorialização e territorialidades camponesas no sul do Piauí e a relação com a expansão capitalista no campo.

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BREJO DA CONCEIÇÃO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

A formação do Brejo da Conceição apresenta características diretamente ligadas aos processos de expropriação promovidos por um latifundiário que, na década de 1990, reivindicou a posse da terra da referida comunidade. A posse definitiva das terras favoreceu o fazendeiro pecuarista, com a garantia de retirar os moradores e alocar no território que hoje forma a comunidade. Na época, 80 famílias foram cadastradas para desocupar a terra e ceder lugar para as instalações da fazenda.

Em relação a essa questão, um dos entrevistados relata que o fazendeiro fez uma combinação com os posseiros de repassar 20 (vinte) hectares para cada posseiro, entretanto, o acordo não foi cumprido. Já para outro entrevistado, a situação toma um caráter mais agudo quando menciona elementos que podem configurar uma expropriação promovida por “grileiro de terras”. As versões sobre esse episódio contrastam-se e convergem para o entendimento de

que embora tenha sido exigida a retirada dos moradores, ocorreu sem um processo de resistência por parte dos posseiros, provavelmente por terem acreditado nos “combinados”.

Posteriormente, o território desocupado foi destinado à criação de gado bovino de corte, em grande escala e de forma extensiva, alterando significativamente a paisagem com a criação de pastagens para o gado e a construção da fazenda do latifúndio/agronegócio, ao lado da comunidade Brejo da Conceição-PI.

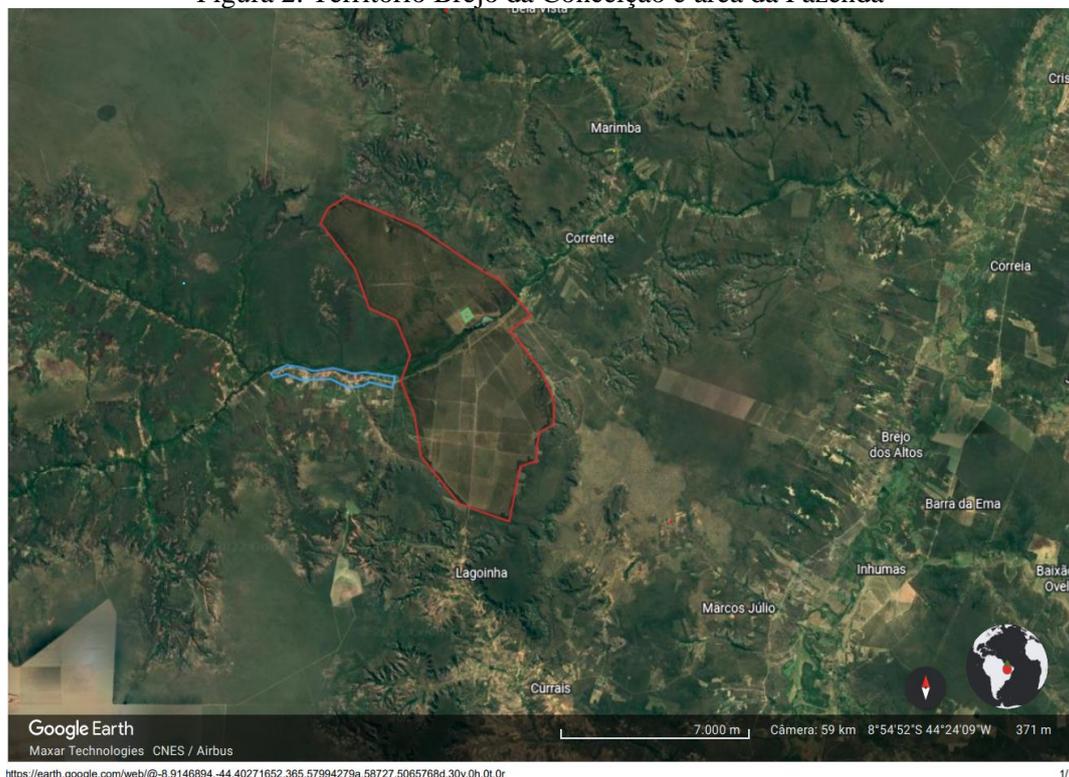
Esses aspectos e alterações no território podem ser verificados nas imagens na sequência. A sede da fazenda está localizada na terra desmatada, identificada com a delimitação espacial em linha vermelha, na figura 2. Ao lado, encontra-se a delimitação espacial destacada em contorno com linha azul, correspondendo à área atual da referida comunidade. Em contorno com linha verde, dentro da área da fazenda, está representada a área onde abrigava a comunidade Conceição que, após ser removida para dar lugar à fazenda, passou a ser denominada de Brejo da Conceição, no território que ocupa hodiernamente (contorno azul), conforme representado em seguida, nas figuras 1 e 2.

Figura 1: Localização do município de Currais-PI



Fonte: Google Earth. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/search/currais+pi>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Figura 2: Território Brejo da Conceição e área da Fazenda



Fonte: Google Earth. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-8.9146894,-44.40271652,365.57994279a,58727.5065768d>>. Acesso em: 20 ago. 2022

O território Brejo da Conceição situa-se a 15 km da sede municipal de Currais-PI, contando, atualmente, com cerca de 229 famílias. Abriga considerável trecho de buritizais, flora que compõe parte do ecossistema do território, fornecendo frutos que são coletados e beneficiados, além de materiais para a confecção de diversos produtos artesanais, que se destinam à comercialização na feira livre e, por conseguinte, gerar um complemento de renda para as famílias.

Sobre o manejo dos recursos naturais, numa perspectiva agroecológica, Marques (2008, p. 56) afirma que: “o campo passa a comportar novas ruralidades criadas, entre outros, [...] pela valorização do potencial das populações rurais [...]”, assim, contribuem “[...] para o desenvolvimento de formas sustentáveis de manejo da natureza e conservação do meio ambiente [...]”. Dentre os produtos mais expressivos da comunidade destacam-se o doce de buriti, o azeite, a polpa fresca e a massa do buriti, produzida em forma de raspas (porções pequenas de polpa de buriti, prensadas manualmente).

Mesmo com alterações profundas em sua base, a partir da remoção das famílias de um território para outro, a comunidade superou as adversidades externas impostas, assim como as

internas, pelos aspectos físicos presentes na natureza, se reestabelecendo no novo território. Uma evidência foi o aumento do número de famílias, passando de 80, na época da remoção, para mais de 200, atualmente. Esse elemento ocorre também pela continuidade da relação com a terra no cultivo de leguminosas e o aproveitamento de recursos naturais como o buriti.

A coleta e o processamento dos produtos são realizados de forma artesanal e a comercialização é feita pelos próprios membros familiares, ou seja, são os próprios sujeitos da comunidade envolvidos em todo o processo de beneficiamento e venda do que é produzido. A fabricação de objetos de decoração e utensílios domésticos, como a produção de cestos, vassouras e tipitis¹ resultam, ainda, dos buritizais.

De acordo com uma camponesa entrevistada, que convive no território e obtém parte do seu sustento e complemento de renda com a produção de artesanato (por meio da palha e talos do buriti), pode ser verificada a importância dos recursos naturais para a economia local, conforme detalha:

[...] pra mim, minha nascença, que eu nasci e me criei, foi fazendo pacará e vassoura e agora aprendi a fazer balaio, porque eu fazia aqui um monte de pacará, porque aquele povo que trabalhava no baixão, só dava tempo de botar no chão, vendia, então foi isso, vassoura também do mesmo jeito. (ENTREVISTADA 4)

A referida camponesa dedica-se de forma mais intensa às atividades de beneficiamento dos recursos naturais, enquanto seus filhos homens assumem as questões relacionadas ao manejo da terra, mas também compartilham as tarefas de venda dos produtos camponeses, características semelhantes aos núcleos familiares dos outros entrevistados.

Nessa relação com a natureza, Guzmán e Molina (2005) enxergam o campesinato para além de uma categoria histórica, ao perceber que os sujeitos do campo, ao longo de gerações, adquiriram e acumularam conhecimentos particulares que possibilitam a relação com o meio ambiente em suas práticas de manejo dos recursos naturais.

Nas comunidades camponesas, o aproveitamento das potencialidades “naturais” em seus territórios reafirmam os princípios da economia camponesa. A relação de equilíbrio com a natureza tem muito a contribuir para a melhoria das relações sociais entre esses sujeitos no processo de produção do território. (GUSMÁN; MOLINA, 2005).

¹ Ferramenta de trabalho em várias comunidades camponesas. É um utensílio produzido com a palha do buriti, usado para prensar a massa de mandioca no seu processo de beneficiamento para a produção da massa fresca da mandioca, para produção da farinha. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/tipitis/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Esses aspectos podem possibilitar cenários que viabilizem à auto-organização, a promoção do bem-viver, o compartilhamento das decisões e a realização de projeto de justiça social, dentre outras vantagens. Esses elementos podem ser reafirmados, por suscitarem questões impactantes positivamente nas comunidades camponesas, sobretudo, por enfatizar as potencialidades através da difusão de práticas sociais coletivas.

Algumas atividades para o manejo do solo e dos recursos naturais são realizadas de forma manual e combinada com a utilização de algumas ferramentas à tração de motores na produção da farinha de mandioca, produto que se destaca na comunidade, tornando-se referência e marca registrada pela sua qualidade. Um camponês relata como desenvolve essa atividade:

[...] aqui é a farinha, tapioca, feijão, milho. É só o que o povo mais usa, é isso. Traz no carro a mandioca para beneficiar na oficina, rapa, mete no motor, 'rela' (raspagem em ralo a motor ou braçal), bota na prensa, enxuga e joga no forno para torrar, depois que está a farinha feita, ensaca. (ENTREVISTADO 2)

Provavelmente, em razão do contexto socioeconômico e por preservação de características baseadas nos conhecimentos tradicionais, muitos ainda cultivam, colhem e beneficiam seus produtos de forma simples, com a utilização de técnicas e utensílios artesanais, como a enxada, a foice, o facão e o machado. O uso dessas ferramentas para desenvolver o processo de trabalho com a terra evidenciam tanto as relações de proximidade e vínculo, quanto as dificuldades para a realização do trabalho, que quando compensado por uma boa colheita minimiza tais dificuldades.

A participação do Estado como agente financiador e executor de políticas públicas, voltadas para auxiliar a comunidade em seus processos extrativistas e agrícolas, ocorre de forma incipiente, contando com pouca participação do poder público em suas esferas municipal, estadual e federal. Tem-se o conhecimento de auxílios estatais apenas para realização de cursos básicos de fabricação de cosméticos com o buriti, promovidos pelo município de Currais-PI, no ano de 2010. Intervenção que não se realizou nos anos seguintes. A respeito da relação com o Estado, o entrevistado 1 afirma que:

[...] fica difícil, porque não ganho muito bem como quem planta na terra gradeada. Nós não temos ajuda da parte do prefeito ou do governo, que é as duas partes que a gente conta com elas. Nós nunca tivemos oportunidade de trabalhar com a ajuda de nosso administrador. Parte da produção com os beneficiamentos dos plantios é vendido na própria comunidade e na feira livre em Bom Jesus. (ENTREVISTADO 1)

Em termos gerais, a economia camponesa se apresenta de forma bastante diversificada e com a adoção de medidas pensadas pelos próprios camponeses para a superação de momentos de crise e escassez como a perda de plantios. Segundo Shanin (2008, p. 25) “há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês”.

Oliveira (2007) entende que essa é uma característica peculiar do campesinato, que se faz presente antes mesmo da expansão capitalista no campo. A venda do “excedente” de produção também se dava de outras formas, como a troca de produtos, ou de forma híbrida, envolvendo dinheiro em espécie e produtos do campo.

Essas questões abordadas na área de estudo mostram a relevância de analisar as especificidades da classe camponesa no contexto da questão agrária brasileira, como mostra Freitas (2020), destacando os elementos históricos, socioeconômicos, políticos e culturais, contextualizados em diferentes escalas espaciais e temporais.

A invisibilidade das especificidades e da própria identidade camponesa tem assumido um papel estratégico por parte de alguns agentes do Estado e do capital privado, numa tentativa de impedir todo e qualquer processo de transformação no campo que vise a valorização dos diversos elementos constituintes do seu modo de produção e de vida, isto é, da sua forma de reprodução social, da cultura e identidade que lhes são inerentes. Dentre essas estratégias, destaca-se a negação do seu próprio conceito de *camponeses*, tentando denominá-los de *agricultores familiares*, restringidos ao mercado e à lógica capitalista.

AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO ESPAÇO AGRÁRIO DO SUL DO PIAUÍ E A TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS

A questão fundiária configura-se como um dos problemas acentuados do espaço agrário do sul do Piauí. A capitalização e incorporação de novas terras para o agronegócio tem sido uma das principais reivindicações dos produtores rurais junto ao poder público. Nesse cenário, há indícios de um processo de internacionalização da agricultura brasileira ao se associar, cada vez mais, às relações capitalistas de produção e circulação das mercadorias para exportação.

Oliveira (1999, p. 77) mostra que essa associação promove o desenvolvimento do capitalismo que “se faz de forma desigual e contraditória”, processo verificado de forma seletiva e heterogênea no campo brasileiro. O capital circula em territórios favoráveis à concentração de excedentes e, portanto, à acumulação, condição para sua inserção e expansão

nos espaços e territórios, seja para explorar o trabalho, seja para subordinar a renda da terra camponesa.

Martins (1981, p. 177) considera que, “comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se [...] interessado na sujeição da renda da terra [...] condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra”. Nesse sentido, os problemas em torno das questões que envolvem a posse de terra e a não realização de uma reforma agrária tem se tornado um grande entrave para os camponeses, favorecendo os lucros do capital no setor agrícola.

Na expansão da fronteira agrícola, os incentivos maiores partiram da iniciativa do Estado, detentor das terras devolutas e de poderes para tomar tais decisões. Optou-se por incrementar o desenvolvimento através da facilitação para aquisição de terras no cerrado piauiense, na década de 1980, processo que teve continuidade nas décadas seguintes. Sobre a posse da terra e seus desdobramentos, por meio da expansão capitalista, Oliveira (1999, p. 76) considera, também, que:

No campo esse processo está igualmente marcado pela industrialização agrícola, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou aos capitalistas/prorietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra na sua forma diferencial e/ou absoluta.

As formas de desenvolvimento pensadas para o campo no Brasil, grosso modo, jamais levaram em consideração os problemas e necessidades daqueles que, historicamente ocupam os territórios, ou seja, os sujeitos sociais do campo. Para Marques (2008, p. 53) “desde o final dos anos 1970, tem-se verificado uma série de mudanças econômicas e institucionais vinculadas ao processo de liberalização dos mercados e de crescimento do domínio do capital financeiro [...], com impactos diversos sobre a produção agrícola”. Esses elementos evidenciam o aspecto que toma como referência básica o lado econômico e a execução de projetos de desenvolvimento que descaracterizam o campo e desconsideram as tradições camponesas.

Em suas observações, Marques (2008, p. 52) assevera que “a ação política dos camponeses tem alcançado resultados positivos em certos casos”, promovidos pelo tensionamento com o agronegócio e pressão sobre o Estado na luta por direitos garantidos pela constituição, como a Reforma Agrária.

Essas análises evidenciam o processo denominado de territorialização, fenômeno construído a partir da ocupação e desenvolvimento de um determinado território pela

apropriação do espaço que, posteriormente, passa a incorporar as características econômicas, sociais e culturais de um povo que incide na constituição desse território.

De acordo com Heidrich (2017, p. 30), os estudos do território têm fortalecido “[...] a visão sobre as práticas socioterritoriais informais das comunidades, do espaço vivido, assim como têm aberto um importante flanco de atenção para o novo e o alternativo”. Considerações que são pertinentes para compreensão das territorialidades e do conceito de território, tomando como ponto de partida as relações camponesas em seus territórios.

O território se constitui a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993), considerado, na Geografia, como uma das principais categorias de análise para observação dos aspectos que se desdobram nos múltiplos processos de transformações, apropriação e dominação do espaço, convertido em território. É nesse processo que se constitui também a territorialidade, consoante afirma Heidrich (2006, p. 4), ao esclarecer que “por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território, que se constitui uma territorialidade”.

Sendo assim, o território não é definido como uma simples linha tracejada no mapa porque são as múltiplas relações desenvolvidas pelos sujeitos que o compõem, determinando sua abrangência e relevância. Não é uma construção fixa e concreta, pois está em constante movimento de transformação, promovida por forças e ações internas ou externas a ele. Na definição de Raffestin (1993, p. 143):

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

De acordo com Raffestin (1993), a formação do território é resultante da ação dos sujeitos que se apropriam do espaço, quando o “territorializa”, num contexto perpassado pelas relações de poder. Para Oliveira (1999, p. 74) “o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais [...]”, questões fundamentais para esta análise.

Na definição do conceito de território, Oliveira (1999) os conflitos podem ser identificados nas ações dos sujeitos, ao enfatizar a luta de classe nas relações sociais, questão que pode dialogar com a dimensão das relações dissimétricas de poder, analisada por Raffestin (1993). Nesse processo, o Estado exerce um papel central à expansão capitalista na agricultura

brasileira, que também se manifesta como processo de territorialização, inclusive em escala mundializada, articulada com a nacional, regional e local.

Nesse sentido, é importante considerar a análise de Chesnais (1996, p. 32), cujo entendimento permite analisar o capital a partir de uma escala de “mundialização” para entender sua expansão em setores mais específicos. Segundo o autor, “[...] a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados [...]”. Para o autor, o capital efetivou o processo de mundialização como estratégia, a partir da expansão das fronteiras dos territórios, estabelecendo uma espécie de capilaridade, interligando os diversos setores da economia e da sociedade.

Na agricultura, o processo de modernização pela expansão do capital adotou várias características que se assemelham ao processo de mundialização do capital. Desencadeou diversas transformações no campo com reflexos diretos nas relações de produção e organização social do campesinato. Algumas delas criaram a necessidade de substituição de homens e mulheres pelas máquinas, gerando um excedente de capital e força de trabalho concentrada, sobretudo, nos espaços urbanos. Oliveira (1999, p.75) ressalta que:

Na formação territorial capitalista do Brasil esses processos contraditórios produzem/geram movimentos de concentração da população, primeiro nas regiões metropolitanas, depois nas capitais regionais e em geral nas cidades. Há muito a população urbana brasileira superou a rural. Formou-se, pois, o locus da concentração do capital e da força de trabalho, as grandes regiões industriais.

No Brasil, essa foi uma das características mais discutidas numa tentativa de explicar o desenvolvimento industrial/urbano e as implicações da questão agrária e de suas consequências à economia política brasileira. A mudança de uma base agrária para uma produção mecanizada ampliou o cenário de desigualdade no campo, sem qualquer modificação na estrutura fundiária, marcada pela forte influência do latifúndio.

Segundo Oliveira (1999, p. 76) a expansão capitalista é um processo que “também está marcado, contraditoriamente, pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital”. Existe um processo de expansão capitalista no campo brasileiro, mas, concomitantemente, há um processo de permanência e continuidade da agricultura camponesa, embora havendo um processo de dominação imposta pela expansão e territorialização do capital.

Para mencionar essa expansão, é relevante destacar o contexto da revolução verde, na década de 1970. A expansão da fronteira agrícola ocorreu a partir das mudanças nas legislações para regularização fundiária e incorporação de novas áreas. Com o discurso de incrementar a produção de alimentos e alavancar a economia, estava dado o primeiro passo para o que hoje se dissemina na mídia como agronegócio.

A dominação pelas diferentes oligarquias estabelecidas no país continuaram a expandir suas fronteiras territoriais através da dominação do espaço com apoio do Estado. A partir da década de 1980, intensificou-se a exploração dos biomas brasileiros, a exemplo dos cerrados, para o plantio de monoculturas, aumentando, consubstancialmente, a produção de soja, despertando o interesse de empresas multinacionais. Pode-se mencionar, nesse sentido, a instalação, de um armazém para processamento inicial da soja no cerrado piauiense, circunvizinha à área deste estudo.

Sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, Freitas (2017), ao analisar a política de irrigação no Nordeste, mostrou que a expansão do capital ocorreu com apoio do Estado e, ao mesmo tempo, foi marcada por forte dependência ao capital internacional e por uma expressiva influência das oligarquias agrárias locais. Essas medidas adotadas pelo Estado têm impactado fortemente as comunidades camponesas em todo o território nacional, ao ampliar o processo de subordinação do campesinato ao capital, conforme destaca a autora.

Em sentido contrário ao processo de territorialização do capital, via agronegócio, observa-se a formação de uma territorialização e de territorialidades camponesas diversificadas no campo, como mostra Marques (2008, p. 62), ao tratar desse debate.

As lutas desses povos pelo seu reconhecimento têm aumentado desde 1988, sobretudo na região amazônica, com o surgimento de múltiplas formas associativas agrupadas por diferentes critérios tais como: raízes locais profundas, fatores político-organizativos, autodefinições coletivas, consciência ambiental e elementos de identidade. A todas elas correspondem territorialidades específicas a partir das quais se realizam modos de vida camponeses distintos.

Os processos de demarcação de terras no sul do Piauí, mais especificamente em Currais-PI, seguiram os rumos de uma política de Estado que propiciou a negociação de terras a baixos custos além de incentivos fiscais para os grandes produtores e concessão de posses de terras devolutas. A ampliação das monoculturas, nesse sentido, expandiu suas fronteiras, passando a fazer limites com os territórios das comunidades camponesas, de forma direta e indireta,

resultando em conflitos pela posse da terra em algumas comunidades, como é o caso do território Laranjeiras, próxima à comunidade Brejo da Conceição.

Ao analisar as abordagens teóricas sobre essas modificações no campo brasileiro, Oliveira (2007, p. 8) concluiu que esse processo “[...] traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo”. Na visão do autor, essas mudanças levam ainda a outro fenômeno que nos rememora a entender a formação do campesinato e o seu papel perante o avanço do capitalismo agrário brasileiro.

A tentativa de desvinculação do camponês em relação à terra é representada por uma dominação simbólica, através do discurso, além da material, por meio de práticas e tentativas de expropriação camponesa. Como expressão da verdade, a dominação simbólica se proclama com a afirmação de que é mais barato comprar alimentos processados do que produzir na lógica camponesa. O discurso do “agro é pop” também reflete essa dominação através da propaganda pela mídia. Nesse caso, as múltiplas relações complexas, que fazem parte da organicidade do campesinato não podem ser simplesmente desprezadas ou sucumbidas por um processo de dominação.

Se no passado uma das questões referia-se à população do campo desamparada e sem acesso à terra, por conta de um processo de modernização inicial, hoje, esse processo se repete e de forma mais intensa e visível. Uma parcela considerável da população do campo é afetada diretamente pelo atual modelo de desenvolvimento do campo que procura desvincular o camponês da terra, condição que muitos não se adequam, mas se vê diante da necessidade de vender a sua força de trabalho, ainda que seja de forma temporária, por meio do trabalho acessório (SANTOS, 1978).

As relações entre o camponês e a terra, aqui entendidas como vínculo, de alguma forma, justifica a necessidade da terra como elemento primordial, que reúne também os aspectos da cultura e da vida social no campo, para além da produção propriamente dita. Tem-se, nesse sentido, a formação de um vínculo territorial para além do território unidimensional, que em Heidrich (2017, p. 32) pode ser evidenciado na afirmação sobre o fenômeno da territorialidade e, conseqüentemente, do vínculo, considerando que:

Além da conquista de terra para viver e trabalhar, o sentimento de pertencimento e uma consciência de apropriação (de conquista de lugar no espaço e na sociedade) passam a fazer parte da interseção entre territorialidade local e as escalas mais abrangentes [...].

O autor reconhece a importância do vínculo territorial que se forma nas múltiplas relações dos sujeitos com as tensões que envolvem a produção dos territórios. Woortmann (1990, p. 12), considera que, na relação com a terra, existe uma espécie de escala definida por um “grau de camponêsidade”. Nas populações camponesas esse grau possui um sentido “subjetivo”, onde a ideia de “valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor”, além do aspecto da “ordem moral” camponesa, cuja relação com a terra exerce papel relevante. A terra é vista não só como espaço da produção, da convivência, mas como uma condição de continuidade do processo pelas gerações sucessivas no contexto do parentesco.

Em consonância com essa compreensão, de forma mais subjetiva, a questão do vínculo com a terra ganha expressividade, conformando a territorialidade. Nesse âmbito, um dos sujeitos sociais entrevistados enfatizou tanto a questão da influência familiar como as forças que mantêm os laços de vínculo com o território e a terra em si:

Nós nascemos e criamos na roça, aí não tem como o cara sair. O cara que nasce na roça e cresce aqui na roça, não tem como ele sair da roça, para ir pra cidade. Eu mesmo não tenho como sair daqui, não tenho vocação pra sair das minhas terras pra ir morar na cidade, tenho casa na cidade, mas eu moro aqui e aqui eu vou viver o resto da minha vida. (ENTREVISTADO 3)

Woortmann (1990, p. 12) considera que “[...] nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas”. A organização do estabelecimento como motor da produção agrícola na relação camponês-vínculo-terra passa a ter outro valor simbólico. Configura-se como espaço da convivência, das reuniões de convergência e de conflitos, mas também das soluções para enfrentar suas problemáticas.

Há outros elementos para compreensão do vínculo com a terra, a exemplo das palavras de um dos entrevistados: “[...] seria ruim, pior. Porque se eu fosse morar a não ser aqui, na localidade Brejo da Conceição, eu ia trabalhar alugando terra [...] se torna mais difícil porque o que a gente faz divide meio a meio com o dono da terra [...]”. Nesse caso, a ligação com a terra é perpassada pelas relações de trabalho e manutenção das condições básicas da estrutura fundamental do estabelecimento como unidade que integra as demais dimensões da vida no campo, na perspectiva do campesinato, como bem frisou Woortmann (1990), anteriormente.

Não obstante, Santos (1978, p. 69) ressalta que “o camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – terra, objeto de trabalho [...] – e trabalha com estes meios de produção”. Condição

que garante a continuidade do ciclo de manutenção do vínculo com a terra, permeada pelas relações de trabalho na produção e reprodução do modo de vida camponês. Conforme afirmação dos sujeitos sociais: “nós já entendemos a nossa terra aqui, o que dar nela todo mundo sabe. Aqui, mais é feijão, mandioca, milho nos baixões, tem alguns lugares que dá arroz, tem a beira do brejo, que o povo tem muitos canteiros, tem as hortas”. (ENTREVISTADO 3).

Partindo desse entendimento, o camponês é o sujeito que, em sua relação com a terra e com o território, é capaz de criar e recriar as suas condições básicas de sobrevivência, fazendo uso de seu conhecimento histórico acumulado ao longo de gerações, onde essas características são analisadas a partir do conceito de classe social.

Dessa forma, dentro do território são construídas as relações de produção que serão responsáveis pela manutenção dos diversos aspectos para a permanência e sobrevivência nos territórios. Nesse sentido, Woortmann (1990, p.11) considera que:

Pode-se entender o camponês através da noção do modo de produção, ainda que a aplicação desse conceito envolva dificuldades teóricas. Pode se também entendê-lo como produzido-reproduzido pela lógica do capital ao qual se subordina.

Como mostra o autor, há uma redefinição desse processo ao colocar em evidência características que qualificam o camponês, seja como um trabalhador assalariado (de forma temporário) ou camponês, mais vinculado à terra. Esses elementos coadunam-se à análise de Oliveira (1999, p. 80-81), segundo a qual o “[...] processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades [...]”.

Nos dois casos, a ligação com a terra estão sempre presentes, de forma total, quando o camponês vive basicamente da sua própria renda, propiciada pelo estabelecimento rural e, de forma parcial, quando ele busca complementar a sua renda com outras atividades, retornando ao trabalho com a terra em períodos apropriados para semeá-la.

A partir dessas considerações, fica evidente a questão do vínculo com a terra nas relações de produção e do modo de vida dos camponeses. Um elemento importante a ser observado nessas relações é a manutenção desse vínculo perpassado pelos aspectos de transformações promovidos pela expansão capitalista nos territórios camponeses.

Outra questão relevante é instigar questionamentos e a elaboração de chaves de leitura para entender como esse vínculo se mantém após um processo de expropriação e, posteriormente, com a reterritorialização, processo pelo qual passou a comunidade Brejo da

Conceição. A subjetividade presente na camponêsidade, no modo de vida camponês, descrita pelos estudos de Woortman (1990), é entendida como um elemento que contribui para a continuidade de diversos aspectos da vida camponesa, como o trabalho e sua ligação com a terra.

Essas abordagens são centrais para o fortalecimento do vínculo com a terra, unindo-se a outros aspectos que se juntam e se materializam, corroborando para formar a cultura camponesa. Nessa perspectiva, é importante ressaltar, ainda, os estudos de Oliveira (2007) ao analisar as relações sociais camponesas no contexto das contradições do modo capitalista de produção, sem as quais esses aspectos primeiros perderiam o caráter crítico-reflexivo, questão fundamental para as lutas desses sujeitos sociais.

A terra é, ao mesmo tempo, um elemento que traduz a voracidade do capital em especular e continuar sua expansão e, em sentido contrário à essa dominação, é apreendida a partir das relações que envolvem o modo de vida e de produção dos camponeses, representando uma outra visão pela manutenção do vínculo. Um exemplo dessa característica são as ocupações realizadas pelo MST, com intuito de reivindicar do Estado mobilização pela discussão e implementação da Reforma Agrária. Segundo Heidrich (2006, p. 9) “desde seu início (meados dos anos 80) tem realizado ações de ocupação de terras públicas e privadas, de modo a pressionar pela realização de Reforma Agrária”.

Na apropriação do espaço, que resulta na formação dos territórios, tomando como exemplo as lutas coletivas promovidas pelo MST, Heidrich (2006, p. 10) define que “o vínculo de apropriação diverge da solução apresentada pelo mercado e o vínculo de valorização é perpassado pela organização coletiva”. Ao mesmo tempo em que combate a exclusão, territorializa o espaço, preserva e reforça a questão da manutenção do vínculo territorial, a partir da relação estabelecida com a terra. Portanto, a terra constitui elemento central para o fortalecimento dos vínculos com o território, conseqüentemente, conformando a territorialização e as territorialidades camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da territorialização e territorialidades camponesas configura-se um campo promissor para estudos e interpretações sobre o modo de vida e de produção de grupos sociais que se apropriam do espaço agrário para a constituição do território. A partir dessa condição, as relações de convivência, interna ao território, passa a definir a sua relevância ao mesmo tempo em que são modificadas pelas diversas esferas de poder que o constitui. A partir desse

aspecto foi analisada a importância do vínculo com a terra para a classe camponesa na sua apropriação do espaço para a constituição das territorialidades.

O contexto desta análise abrange as relações capitalistas e não capitalistas que perpassam o modo de vida camponês com a expansão do capital sobre a agricultura, implicando em vários fatores para a economia e cultura do campesinato. Tornou-se possível contruir apontamentos das questões mencionadas a partir do entendimento do contexto que marca a relação dos sujeitos sociais com a terra, fortalecida pela questão do vínculo.

Esse vínculo, aqui descrito, não configura a terra como cativo, que mantém preso, mas como um elemento fundamental na manutenção dos diversos aspectos que necessita para resistir e (re)existir no território, enquanto constrói a sua identidade. Esses elementos versam diretamente sobre seu modo de vida, de produzir e da organização de sua produção e comercialização. Além de compartilhar, através das relações de trocas com os vizinhos, os camponeses vendem parte da produção, frequentemente, por preço justo, objetivando atender outras necessidades, analisando também as variações do mercado. É perceptível, portanto, como as relações capitalistas e não capitalistas permeiam o modo de vida camponês.

Como mostrou Marques (2008), a venda da produção camponesa ainda enfrenta muitos empecilhos e preconceitos que, adicionados à concorrência com produtos industrializados, tornam os produtos camponeses bastante desvalorizados. Essa é uma das características do processo de expansão do capitalismo no campo que, por um processo de subordinação, direciona grande fatia da produção à indústria, resultando em subprodutos.

A importância e funcionamento da economia camponesa e seu diferencial em relação às práticas capitalistas resultam de relações dialéticas, incidindo na interligação da economia em suas referidas esferas nacional e mundial e na utilização das forças produtivas intermediadas pelas relações de trabalho. A contradição dialética é constatada no instante em que “a economia familiar camponesa se diferencia da economia capitalista ao mesmo tempo em que faz parte dela” (MARQUES, 2008, p. 71).

Na atualidade, as novas exigências do capital propiciam alguns avanços tecnológicos, mas impõem restrições para aquisição dessas tecnologias. Perpassadas por relações capitalistas e não capitalistas, as unidades rurais camponesas não incorporam, em seus processos produtivos, formas e instrumentos de trabalho e de produção análogos à empresa agrícola, ante a própria lógica diferenciada do campesinato, uma vez que é também consubstanciada pelo vínculo com a terra, dentre outros aspectos. Isto é, a relação de proximidade com a terra torna-se um dos elementos mais fortes para o camponês e não a extensão da produção para gerar excedente.

Mas há, também, o próprio desinteresse do Estado em construir políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura camponesa. Decerto, produzir em cenários adversos é um dos problemas que integra o cotidiano de camponeses e povos tradicionais desde o surgimento da agricultura, embora acentuados com a expansão capitalista no campo.

Em relação ao território Brejo da Conceição-PI, os camponeses lutam e querem manter o vínculo com a terra, ao passo que buscam melhores condições de reprodução material da vida para permanecerem e manterem o vínculo com o território e com a terra. Não se trata de negar a importância das tecnologias, mas de tê-las de forma adequada, como parte do modo de vida desses camponeses e extrativistas. Portanto, é fundamental fortalecer a organicidade camponesa, assim como a implementação de políticas públicas que reconheçam e fomentem a autonomia desses sujeitos sociais e de suas identidades territoriais.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREITAS, B. M. C. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. Geografia camponesa e o encontro com a educação do campo. **Cadernos Cajuína**, v.5, n.3, 2020.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HEIDRICH, Á. L. Vínculos territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **Revista Geographia**, v. 19, n. 39, p 29-40, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13784>>. Acesso em: 16 set. 2022.

_____. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Tradução: Cecília Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 49 - 78.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

MELUCCI, A. **Invenção do presente**: os movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. U.. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. v. 1. 184 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n 7, p1-21, 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. Tradução/edição: Marta Inez Medeiros Marques; Clifford Andrew Welch. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia – o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 11-73.

Artigo recebido em: 30 de abril de 2022.

Artigo aceito em: 19 de setembro de 2022

Artigo publicado em: 27 de setembro de 2022.